

AS RAÍZES DO AUTORITARISMO NO EXECUTIVO ACREANO – 1921/1964

Rodrigo de Souza da Silva¹

A dissertação de mestrado “As Raízes do Autoritarismo no Executivo Acreano 1921/1964”, tem por autor Francisco Bento da Silva, Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR- 2010). Atualmente, é professor associado I do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre.

O processo metodológico utilizado pelo autor dá-se por meio de leituras de jornais, a exemplo dos periódicos “O Varadouro”, “O Acre” e “Folha Oficial”. Porém, outros documentos, como decretos e relatórios, também servirão de fontes para a análise. Todos oriundos de órgãos estatais, como o Arquivo Geral do Estado do Acre, a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar e o Museu da Borracha. Também são utilizados materiais bibliográficos regionais, a exemplo de Craveiro Costa, Pedro Vicente Costa Sobrinho e Pedro Martinello, autores que produzem diálogos acerca do movimento político no Acre. Se utiliza bibliografias gerais, a exemplo de Caio Prado Jr. e José Murilo de Carvalho para contextualizar com o cenário nacional, discutindo contextos existentes e presentes no Brasil durante o recorte temporal.

A obra é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é intitulado como “A presença do Estado e sua conformação como Centro de poder político: A hipertrofia do executivo”. Neste, será abordada a inserção do Acre no mapa brasileiro e seu estatuto jurídico, a utilização da posição de governadores em benefícios pessoais e suas práticas de poderes. No segundo capítulo, “O Movimento Autonomista e a Elevação do Acre a Estado: Mudanças e Continuismo”, a discussão será em torno do movimento autonomista no estado, as propostas das elites locais dentro do que viria a ser interpretado como autonomia, além das disputas entre Guiomard Santos e Oscar Passos. O terceiro capítulo, “De José Augusto ao Capitão Cerqueira: Fragilidade Política, Falta de Hegemonia e Exacerbação do Autoritarismo no Executivo”, abordará o regime militar no Acre e suas imposições no executivo acreano de forma autoritária.

¹ Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: rodrigo.rssa@gmail.com.

O autor apresenta em seu trabalho como ideia central que o movimento autonomista no Acre não foi um movimento de caráter popular, mas fruto de interesses das elites locais. Portanto, não seria um movimento homogêneo, mas com concepções próprias e diferentes interpretações em relação ao que viria a ser compreendido como autonomia. O período em que se inicia a análise corresponde ao ano de 1912, período correspondente ao dos prefeitos departamentais. Posteriormente, se adentrará no foco da discussão, que se inicia em 1921, período em que ocorre a centralização do poder no Acre, o período dos governadores.

Os governadores eram escolhidos pelo presidente da república, entretanto, esse formato de indicação provocará atrito entre a elite local e os ditos governantes, além da discussão do movimento autonomista e suas faces dentro do Acre. O autoritarismo praticado por parte dos governadores será apresentado. Podemos exemplificar, por meio da utilização de suas posições para fins pessoais, a forma arbitrária que exerciam o poder e sua manipulação em relação à imprensa. Dentro desse contexto, ocorrerá a discussão em relação ao autoritarismo dentro do executivo acreano até o ano de 1964, período em que o Capitão Cerqueira assume o comando e presta continuidade ao movimento autoritário dentro do estado. São com essas personalidades, que permeavam no poder acreano, que ocorrerá o diálogo.

Um dos primeiros problemas em relação ao Acre relaciona-se com sua inclusão no mapa brasileiro, levantando-se a seguinte pergunta: qual estatuto jurídico seria aplicado a ele? Para tal pergunta surgem algumas alternativas. Conforme Silva, (2002) “[...] três alternativas estavam postas para aquela questão: a) ser o novo território administrado pela União; b) anexa-lo ao Estado amazonense; ou, c) elevá-lo à condição de Estado autônomo” (p. 25). Como solução, se opta pela primeira opção, porém não por acaso. Lembremos que o território contava com uma grande oferta de borracha, o que conseqüentemente significaria grandes lucros. Porém, não ocorre uma aceitação de forma homogênea em relação a primeira opção. Essa escolha acaba não agradando às elites locais, conforme cita Silva, (2002): “[...] desagradando por sua vez tanto as oligarquias locais quanto regionais ligadas ao extrativismo da borracha” (p. 25). Alguns grupos que faziam parte das oligarquias locais seriam favoráveis à terceira alternativa, pois em sua concepção ela traria mais benefícios a eles.

Devemos compreender como funcionava o modelo administrativo departamental, que ocorre no território até 1912: os prefeitos departamentais eram escolhidos pelo presidente da República. De acordo com Silva (2002) “o exercício do poder executivo, nos três departamentos, era realizado pelos prefeitos departamentais, designados pelo presidente da república” (p.28). Os prefeitos departamentais contavam com grande poder, entre eles, o de taxar impostos, poder esse que provocará conflito e atrito com grupos oligárquicos, pois também faziam parte dessa elite

local grupos de seringalistas, e uma das taxações de impostos seria justamente sobre a produção da borracha, o que provocará grande insatisfação dos membros pertencente a esse grupo. É importante ressaltar que a partir de 1912, surge um quarto departamento, o departamento do Alto Tarauacá.

Um elemento muito importante faz referência à centralização política que passa a ocorrer a partir de 1921, iniciando a era dos governadores. A rotatividade ocorrida entre esses governantes é intensa. Segundo Silva (2002) “neste intervalo de 42 anos passaram pela cadeira do executivo acreano nada menos que 41 governadores, sendo 16 efetivos e 18 substitutos” (p. 29). Os dados apresentados demonstram como ocorria instabilidade em relação ao governo acreano.

O autoritarismo por parte dos governadores é apresentado em duas perspectivas. A primeira se refere a seu controle sobre a imprensa local. “Isto significava dizer, que qualquer governante de plantão, não importando quem fosse, controlava uma parte significativa da imprensa” (SILVA, 2002, p. 31). Assim, se torna perceptível o uso de sua posição como forma de silenciamento. A segunda se refere à utilização de sua posição em prol de interesses particulares, pois os governadores utilizavam seu poder para adquirir benefícios próprios.

Epaminondas Jácome, o primeiro governador do Acre unificado, é um exemplo do autoritarismo. Ele foi o mesmo “[...] acusado de desviar o dinheiro de pagamento de funcionários públicos e pagá-los com verbas oriundas de “Socorro público”” (SILVA, 2002, p. 35). Outro exemplo apresentado pelo autor, é o de Cunha Vasconcelos. “[...] Cunha Vasconcelos (1923/1926) fora acusado pelo jornalista Augusto Pamplona de enriquecimento ilícito e de ter vários imóveis no Rio de Janeiro” (SILVA, 2002, p. 35). É importante analisar o comportamento autoritário dos governadores citados, pois será por meio desses exemplos que se tornará possível realizarmos uma leitura do comportamento político no Acre, onde prevaleciam seus interesses pessoais. Um exemplo seriam as festas realizadas pelos governadores, como as proporcionadas por Cunha Vasconcelos quando, em 1923, para assumir o governo, ocorreram festejos durante três dias para recebê-lo conforme se observa em Silva (2002). Outro caso ocorre com Hugo Carneiro com o “Aniversário do Governador” Percebemos as preocupações festivas que envolviam os governantes.

Um dos elementos principais da obra, diz respeito aos movimentos autonomistas. Na historiografia, o movimento é tratado, em sua maioria, de forma homogênea. Entretanto, o autor apresenta que o movimento é provido por interesses individuais, não sendo único, pois não se trata de um movimento com um único foco e nem de um movimento de caráter popular. “Em princípio, não havia um movimento autonomista unificado e sim, vários focos autonomistas que foram surgindo ao longo dos anos”(SILVA, 2002, p. 48), focos como os ocorridos nos

departamentos do Alto Juruá e Alto Purus. Perceberemos que o fator econômico permeará a construção do movimento.

O movimento autonomista é formado por interesses que são em sua maioria políticos e econômicos, não sendo um movimento desprovido de particularidades pessoais, mas, fruto do furor econômico de grupos oligárquicos. Segundo Silva, “[...]o movimento autonomista do Alto Juruá, é composto por comerciantes e personalidades locais” (SILVA, 2002, p. 44-49). Percebemos, portanto, sujeitos de posses como participantes do movimento no Alto Juruá. Porém, em Sena Madureira também ocorre uma insurreição, entretanto de forma coletiva. De acordo com Silva, (2002) “[...] vários comerciantes de Sena Madureira enviaram uma carta, datada em 11 de abril, tratando da questão autonomista, ao presidente Nilo Peçanha” (p.49). É possível perceber que ocorre insurreições do movimento autonomista em localidades distintas, porém baseadas em interesses de grupos restritos, como comerciantes e personalidades políticas. Não ocorre uma movimentação no sentido homogêneo, mas em prol de seus interesses econômicos.

Ocorre em Sena Madureira um movimento de insurreição contra o prefeito Tristão de Araripe, sendo inclusive, onde se proclama, “[...] o Estado livre do Acre” (SILVA, 2002, p. 52). Não percebemos a participação popular nesses movimentos; percebemos apenas a participação de comerciantes e membros das oligarquias.

Outro ponto importante destacado pelo autor é a existência de projetos que seriam anteriores aos de Guiomard Santos. Já havia ocorrido outros dois: o primeiro teria sido o de Francisco Sá, no ano de 1908, o segundo foi apresentado por Justiniano Serpa, em 1910. Também se demonstram os movimentos ocorridos no Alto Juruá e Alto Purus, assim como a movimentação política e econômica contrárias às insurreições. O projeto de Guiomard Santos, em 1950, é apresentado como oportunismo político, porém insere-se, nesse contexto, uma questão importante: o que viria a ser entendido como autonomia com grupos favoráveis e contrários a esse fenômeno?

Durante a década de 1940, a disputa política estaria intensificada e centralizada em dois personagens: Oscar Passos (PTB) e Guiomard Santos (PSD). Importa ressaltar que a hegemonia política de ambos, dentro do Território do Acre, ocorre por cerca de 20 anos (40/60). Isso demonstra o quanto gravitava em torno dessas duas figuras os acontecimentos políticos da época, ocorrendo, inclusive, disputas acirradas entre esses, porém o autor apresenta que seria comum entre os dois a promoção de acordos em prol de seus interesses políticos.

O autor finaliza sua obra apresentando a situação política do Acre, após 1962, quando ele foi elevado à categoria de estado, tendo como primeiro governador eleito José Augusto de Araújo eleito em um contexto de poucos eleitores. “O número de eleitores representava somente 12%

da população acreana; e destes, 24% não compareceram para votar” (SILVA, 2002, p. 72). No entanto, José Augusto sofre uma forte pressão política interna, pois não era visto dentro de seu partido como um nome forte, tanto que ele permanece no poder por apenas dois anos: 1962 a 1964. A queda do governo de José Augusto ocorre em meio a acusações e pressões “sofrendo acusações perante os setores militares, feita principalmente por seus opositores na ALEAC” (SILVA, 2002, p. 80). José Augusto era constantemente acusado, inclusive “acusavam-no de comunista” (SILVA, 2002, p. 80).

A queda de José Augusto acontece como reflexo da conjuntura dos anos de 1964, ele “foi deposto em maio de 64 por um golpe” (SILVA, 2002, p. 79). Em 1964, quem assume o poder é o governador Edgar Pedreira Cerqueira Filho. Ele assume, porém impõe um governo autoritário, realizando perseguições a seus opositores políticos. Um exemplo seria a própria Assembleia Legislativa do Acre, que acaba sendo fechada.

A obra “As Raízes do Autoritarismo no Executivo Acreano (1921/1964)” traz aspectos positivos acerca da estrutura política existente no Acre, abordando conceitos e perspectivas que buscam desconstruir hegemonias como o presente no movimento autonomista. De acordo com que o autor demonstra, não é um movimento uno, mas múltiplo. A análise realizada pelo autor demonstra a mobilização política em prol do interesse das elites locais e o funcionamento do poder exercido pelos governadores que agiam conforme o seu querer pessoal, com realizações de festas e manipulação da imprensa em questões políticas.

A discussão de alguns pontos realizados dentro da obra são primordiais. Entre eles, o estatuto jurídico que seria implantado no Acre, o qual iria contra a Constituição vigente, porém, a Constituição compreendia território enquanto espaço físico. O Acre, todavia, surge por meio de uma solução jurídica que não havia na própria Constituição. “[...]A adoção da figura do Território Federal era algo estranho a Constituição republicana de 1891, pois, a mesma não versava sobre a possibilidade dessa entidade política-administrativa” (SILVA, 2002, p. 26). Outro ponto importante é a exposição por parte do autor sobre os outros projetos de autonomia, sendo o primeiro, de 1908, apresentado por Francisco Sá e o segundo, em 1910, apresentado por Justiniano Serpa. Essa contribuição do autor é de extrema importância, pois desconstrói o discurso que apresenta Guiomard Santos como o precursor do movimento autonomista, pois já se debatia projetos autonomistas desde os anos de 1910.

Consideramos importante o debate acerca dos movimentos autonomistas, contextualizando com suas insurreições, pois além de demonstrar o interesse que cada departamento possuía, abre-se a possibilidade para identificar discordâncias dentro da proposta da autonomia. No entanto, a autonomia podia ser interpretada como vinculada à economia na

visão de membros da oligarquia, porém também poderia ser compreendida como não possível de ser realizada, pois o território não disponibilizaria de recursos suficientes para se manter de forma independente. Portanto, temos um conflito de ideias por parte da elite em relação ao movimento, estando ele distante de ser aceito de forma uniforme por todos os membros das oligarquias.

As questões apresentadas pelo autor e o diálogo realizado com as fontes trazem questões importantes, como por exemplo, o envolvimento partidário na autonomia do Acre e na questão dos governadores. O golpe que finda com o mandato de José Augusto e a posse de Edgar Cerqueira é importante para compreendermos a situação política no estado, demonstrando a instabilidade após a primeira eleição para governador em 1962.

A obra é sugerida ao público que busca compreender os trâmites políticos que levaram ao processo de autonomia do Acre e o autoritarismo realizado por parte de seus governantes, buscando interpretar as faces do movimento autonomista e as disputas entre Guiomard Santos e Oscar Passos. Importa ressaltar que nenhuma dessas ações políticas possui característica popular. Pelo contrário, o interesse é da oligarquia local.

Sendo um debate voltado para a análise de fenômenos específicos, em suma, a oligarquia e comportamentos autoritários no estado. O atrito entre a elite local e os governadores indicados pelo Presidente da República também são elementos descritos, atraindo, portanto, o público que busca realizar seus estudos na questão política e partidária que permeava por interesses particulares e não social dentro do executivo acreano.

REFERÊNCIAS

SILVA, Francisco Bento. **As Raízes do Autoritarismo no Executivo Acreano - 1921/1924**. Dissertação de Mestrado. Recife – Pernambuco, 2002, UFPE/CFCH.

Data de submissão: 15/08/2019
Data de aprovação: 27/09/2020